



Comissão de Orçamento votará corte de R\$ 10 bi no Bolsa Família

Número foi confirmado na sexta-feira pelo relator-geral da proposta orçamentária, deputado Ricardo Barros, que deve entregar o parecer à CMO hoje

Jefferson Rudy/Agência Senado — 7/12/2015



A proposta de cortar R\$ 10 bilhões nas verbas para o Programa Bolsa Família foi confirmada na sexta-feira pelo relator-geral do projeto de lei orçamentária para 2016, deputado Ricardo Barros. No ano que vem, o programa iria receber R\$ 28,2 bilhões, mas fraudes apontadas pela Controladoria-Geral da União e as regras do programa permitem cortes de até 35%. O Ministério do Desenvolvimento Social estima que 23 milhões de pessoas (cerca de 7 milhões de famílias) percam o benefício, mas

Barros ressaltou que os números sobre o programa não foram fornecidos oficialmente à Comissão Mista de Orçamento. Segundo o relator, para contribuir com o esforço fiscal, outros programas — como Pronatec, Ciência sem Fronteiras e Minha Casa, Minha Vida — tiveram cortes de mais de 50%. O parecer final será entregue hoje e o relator espera aprovar o Orçamento até quarta-feira. Antes de a CMO votar o Orçamento, o Congresso precisa analisar o Plano Plurianual 2016-2019, o que deve acontecer amanhã. **3**

Relator-geral, Ricardo Barros (E) pretende apresentar hoje o parecer final na comissão mista presidida pela senadora Rose de Freitas

Juristas querem estatuto para defender direitos do contribuinte

A Comissão de Juristas da Desburocratização poderá sugerir um estatuto para garantir que os cidadãos consigam ter acesso à Receita Federal. O relator

do colegiado, ministro Dias Toffoli, do STF, diz que hoje o contribuinte “apanha do Estado sem poder se defender” e que a Receita é uma verdadeira caixa-preta. **4**

Moreira Mariz/Agência Senado



À mesa, os juristas Piquet Carneiro, Mauro Campbell Marques e Dias Toffoli

ACONTECEU NO SENADO



Moreira Mariz/Agência Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, conduz sessão do Plenário: dispositivo aprovado permite troca de partido

Foi aprovada janela para trocas de partido

Na quarta-feira, o Plenário do Senado aprovou o trecho da proposta de emenda à Constituição que dá aos detentores de mandato eletivo 30 dias para que

mudem de partido sem perder o mandato. Essa “janela” será contada a partir da promulgação da PEC, que ainda não tem data para ocorrer. **4**



Senado responde a cidadãos em até 20 dias, dentro do prazo legal

O Serviço de Informação ao Cidadão do Senado respondeu, de janeiro a novembro, 1.045 questões com base na Lei de Acesso à Informação. Foram, em média, 95 respostas por

mês. Apenas em 14 casos, por questão de segurança ou sigilo, as informações não puderam ser fornecidas. E 441 questionamentos foram respondidos em apenas um dia. **2**



Genildo Magêlo/Agência Senado

Resposta do Alô Senado ao cidadão leva cerca de 20 dias; prazo legal é 30 dias

Plenário deve votar repatriação de bens não declarados **3**

Banco Central vai avaliar política monetária **4**

COP-21: Brasil apresenta meta de energia renovável **3**

Senado cumpre prazos da Lei de Acesso à Informação

De janeiro a novembro, Casa respondeu perto de 1.050 pedidos de informação enviados pelos cidadãos. Respostas foram dadas, em geral, no prazo de 20 dias, mais rapidamente do que o exigido pela lei



AO LONGO DESTA ano, até novembro, o Serviço de Informação ao Cidadão do Senado respondeu 1.045 questionamentos feitos com base na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011, a LAI), que garante a qualquer pessoa o direito de requerer dados de interesse público a órgãos governamentais. Foram, em média, 95 questionamentos por mês.

De acordo com o chefe do serviço, Breno de Lima Andrade, as negativas de acesso são minoria. Em apenas 1,3% dos casos (14), por questão de segurança, as informações solicitadas não puderam ser fornecidas.

— O caso clássico de negativa é a informação sigilosa, de caráter pessoal. Por exemplo, quando o cidadão quer saber os registros de entrada e saída de um servidor. Também há pedidos que são muito genéricos, o que nos impossibilita de elaborar a resposta — disse.

Os pedidos sobre a atividade legislativa correspondem a 39% das solicitações, seguidos daqueles sobre os senadores (11%) e a atividade administra-



Atendentes do Alô Senado: cidadãos fazem pedidos por telefone ou internet

tiva do Senado (10%). Também são comuns pedidos de dados biográficos e até de fotos dos senadores.

De acordo com a LAI, o prazo máximo para a resposta ser dada é de 30 dias. Entretanto, o Senado consegue responder quase todos os questionamentos em 20 dias.

Dos 1.045 questionamentos recebidos este ano, 441 (42%) tiveram resposta em apenas um dia.

Site

Andrade explica que, em 25% dos pedidos, as respostas poderiam ter sido encontradas facilmente no site do Senado pelo próprio cidadão.

As solicitações encaminhadas ao Serviço de Informação ao Cidadão, segundo ele, fazem parte do que é chamado

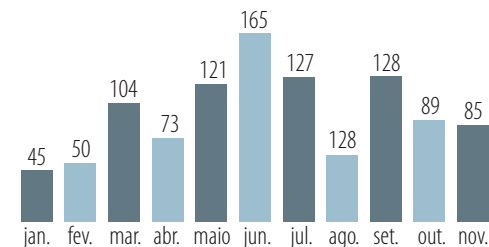
de transparência passiva, ou seja, aquela em que a informação é fornecida mediante pedido. Transparência ativa refere-se às informações voluntariamente disponíveis na internet ou em outros meios, sem a necessidade de pedido.

As demandas encaminhadas ao Serviço de Informação ao Cidadão são recebidas pela Ouvidoria do Senado, responsável por dar o tratamento adequado às sugestões, às críticas, às reclamações, às denúncias e aos elogios da sociedade sobre o Senado.

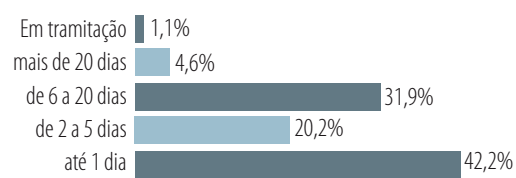
Os questionamentos ao Senado com base na LAI podem ser feitos por meio de formulário na internet, no endereço www.senado.leg.br/ouvidoria, e também pelos telefones 0800 612211 ou (61) 3303-1791.

O cidadão pede dados à Casa

De janeiro a novembro, foram 1.045 pedidos de informação enviados ao Senado pelos cidadãos. Junho foi o mês com maior demanda, com 165



Os pedidos foram respondidos com rapidez



Maioria dos pedidos foi sobre a atividade legislativa

Assunto	Pedidos	%
Atividade legislativa	412	39,4%
Senador	123	11,8%
Atividade administrativa	112	10,7%
Arquivo	94	9,0%
Concurso público	83	7,9%
Servidor	52	5,0%
Outros	35	3,3%
Contratos e licitações	33	3,2%
Legislação	26	2,5%
Voto e presença	23	2,2%
Portal do Senado e da Transparência	13	1,2%
Remuneração	12	1,1%
Cota parlamentar e nota fiscal	11	1,1%
Biblioteca e publicações	7	0,7%
Gastos com saúde e telefone	7	0,7%
Diárias e passagens	2	0,2%
TOTAL	1045	100%

Fonte: Secretaria de Gestão de Informação e Documentação

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Tragédia em Mariana (MG)

9h Audiência interativa sobre o rompimento de barragem da Samarco Mineração.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h A sessão para pronunciamentos.

CMO Reunião extraordinária

15h Reunião extraordinária da comissão.

CCT Avaliação de política pública

9h A comissão avalia a formação de recursos humanos para ciência e tecnologia.

CDH Mundo do trabalho

9h Audiência sobre terceirização e, logo após, debate sobre trabalho escravo.

CMA Remédios para emagrecer

9h30 Análise de projeto sobre remédios para emagrecer e mais 3 itens.

CAE Alexandre Tombini

10h Audiência com o presidente do Banco Central. Após, avalia impactos de benefícios de ICMS concedidos pelos estados.

CCJ Medidas provisórias

10h Análise de PEC sobre as vedações à edição de medidas provisórias, e mais 17 itens.

CE Salário-educação

11h30 Análise de texto sobre distribuição dos recursos do salário-educação.

MP 693/2015 Energia nas Olimpíadas

14h30 Análise de relatório da MP que prevê benefícios fiscais para as distribuidoras de energia durante os Jogos Olímpicos.

MP 695/2015 Loteria instantânea

14h30 Análise de relatório da MP que amplia a atuação da loteria instantânea e autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirir participação em instituições financeiras até 2018.

MP 699/2015 Bloqueio de estradas

14h30 Análise da MP que aumenta a punição para quem bloquear vias públicas.

TRANSPARÊNCIA Interlegis

14h30 Audiência pública interativa sobre produtos e serviços do Programa Interlegis.

MINERACÃO Minerais nucleares

15h30 Subcomissão faz audiência pública sobre minerais nucleares no Brasil.

CONGRESSO Vetos

19h Exame de vetos presidenciais, créditos extraordinários e Lei Orçamentária 2016.

CI Sabatina

8h30 Sabatina de indicado para direção do Dnit e, depois, pauta de 4 itens.

CAS Microcefalia

9h Audiência pública interativa com o ministro da Saúde sobre o aumento do número de casos de microcefalia no país.

CDR Pronac

9h Análise do projeto que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura e outros 7 itens.

SENADO DO FUTURO Urbanização

9h30 Comissão analisa relatório da avaliação da política pública de urbanização.

CCJ Carteira de motorista

10h Entre 30 itens, texto sobre expedição da carteira internacional de motorista.

CAS Obesidade infantil

11h Audiência pública interativa sobre a obesidade infantil.

CE Universidade Sul da Bahia

11h Audiência pública sobre a implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia.

ASSASSINATO DE JOVENS Audiência

13h Audiência pública interativa com o Conselho Nacional do Ministério Público e especialistas no Plenário do CNPM.

CPI DO FUTEBOL Audiência

14h30 Audiência pública com o atual presidente e o presidente licenciado da CBF.

MP 689/2015 Servidor público

14h30 Análise de relatório da MP sobre a situação do servidor público afastado ou licenciado sem remuneração.

MP 694/2015 Imposto de Renda

14h30 Análise de requerimentos sobre MP que eleva Imposto de Renda aplicado a juros sobre capital pago a acionistas.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS Relatório

14h30 Análise de relatório anual.

SEGURANCA DE BARRAGENS Reunião

17h Comissão faz audiência pública sobre licenciamento e fiscalização de barragens.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • **Alô Senado:** 0800 612211
 • **Acompanhe:** Portal e Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Para Ricardo Barros, que vai entregar relatório final do Orçamento hoje, programa social deve contribuir para o ajuste fiscal. Correção de fraudes e suspensão de novos beneficiários ajudam a economizar

Relator confirma corte de R\$ 10 bi no Bolsa Família

O RELATOR DO projeto de lei orçamentária para 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), confirmou sexta-feira que vai entregar parecer com previsão de corte de R\$ 10 bilhões no Bolsa Família. O programa teria R\$ 28,2 bilhões no ano que vem, mas Barros afirmou que as fraudes apontadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e as regras do programa permitem o corte de 35%.

Pelas contas do Ministério do Desenvolvimento Social, 23 milhões de pessoas seriam retiradas do programa, cerca de 7 milhões de famílias. Barros, porém, frisou que o número não é oficial, porque o ministério não respondeu aos questionamentos da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O relatório final será entregue hoje e Barros espera aprovar o Orçamento até quarta-feira à noite. Antes de a comissão votar o Orçamento, o Congresso precisa analisar o Plano Plurianual (PPA), o que poderá ocorrer amanhã.

A redução efetiva do Bolsa Família geraria corte de R\$ 2,1 bilhões. Para totalizar o corte de R\$ 10 bilhões, o relator também considerou a economia que será gerada por outros fatores (como recursos ligados a fraudes que deixarão de ser pagos, a não inclusão de



Deputado Ricardo Barros estima que cortes no programa podem chegar a 35%

novos beneficiários e o fim da prorrogação do benefício em alguns casos).

Economia

Barros lembra que as regras do programa condicionam a concessão de benefícios à existência de recursos, e o Orçamento tem sofrido cortes.

— O Bolsa Família é um programa muito importante, que tirou muita gente da miséria, mas pode também contribuir para o esforço fiscal que estamos fazendo neste ano.

Segundo ele, programas como o Pronatec, o Ciência Sem Fronteiras e o Minha Casa, Minha Vida tiveram cortes de mais de 50%.

— Vai ser muito difícil cortar mais alguma coisa neste Orçamento, mas estamos entregando uma estimativa

realista — disse o deputado.

Na economia que será gerada pelo corte no Bolsa Família, será levado em conta o valor estimado pela CGU em fraudes no programa, que poderia chegar a R\$ 2,6 bilhões. São pessoas que têm renda superior ao limite de R\$ 154 per capita da família.

Outros R\$ 2,6 bilhões sairiam pelo fim de uma regra atual do Ministério do Desenvolvimento Social segundo a qual famílias que têm o benefício mas superam essa renda podem continuar recebendo o Bolsa Família por dois anos.

Além disso, o programa não teria novos beneficiários em 2016, o que economiza R\$ 1,4 bilhão. Mais R\$ 1,4 bilhão sai de recursos que são depositados, mas não são sacados.

(Com Agência Câmara)

Brasil pretende ampliar uso de energia renovável

Na conferência mundial sobre o clima (COP-21), que terminou sábado em Paris, o Brasil apresentou a proposta de chegar a 23% de energia renovável em 15 anos. O presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), afirmou que é preciso investir mais e que o ideal é que a participação de energia eólica, solar e de biomassa chegue a 25% da matriz energética brasileira até 2030.

Além de Bezerra, foram ao

evento outros membros da CMMC, como os senadores Donizeti Nogueira (PT-TO) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e o deputado Sarney Filho. Ao defender mais aplicação de dinheiro para as chamadas “energias limpas”, Fernando Bezerra Coelho acredita que o Brasil poderá aumentar a oferta energética, com mais proteção ao meio ambiente.

— Também poupará a água dos reservatórios, atualmente, muito utilizada para a produção de energia hidrelétrica. Com isso, o país resolverá

ainda o problema da crise hídrica, principalmente na região do Vale do São Francisco, no Nordeste, ao poder destinar mais a água dos reservatórios para o abastecimento humano — explicou o senador.

Fiscalização

O presidente da CMMC informou em Paris, segundo a assessoria de imprensa, que a comissão discute duas propostas para que o Congresso Nacional possa fiscalizar as ações do governo brasileiro nos cumprimentos das metas fixadas na COP-21.

A presidência da COP-21 iria divulgar no sábado o acordo final que pretende frear o aquecimento global. O principal debate é sobre o princípio de “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” estabelecido na Convenção da Rio 92. Esse princípio define uma distinção entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento no que diz respeito à responsabilidade histórica da mudança climática.

Repatriação de recursos deve abrir pauta do Plenário amanhã

Os senadores entram na última semana antes do recesso parlamentar com propostas sobre temas complexos e de importância política na pauta de Plenário. Por isso, o presidente do Senado, Renan Calheiros, antecipou a sessão deliberativa de amanhã para as 14h. Antes disso, às 11h, está prevista uma reunião de líderes, que pode alterar a lista de projetos para análise.

Uma das proposições que mais interessam ao governo é o segundo item da ordem do dia. Trata-se do projeto sobre a repatriação de recursos mantidos no exterior não declarados à Receita Federal (PLC 186/2015). O texto foi aprovado em 2 de dezembro pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional e recebeu parecer favorável do relator, Walter Pinheiro (PT-BA). O colegiado também aprovou o pedido de urgência para a votação em Plenário.

Pela proposta, brasileiros e estrangeiros residentes no país poderão declarar todo o patrimônio lícito mantido até 31 de dezembro de 2014 fora do Brasil, ou já repatriado, mas ainda não declarado.

Regiões

Pinheiro propõe que parte dos recursos arrecadados com a repatriação vá para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e, para isso, apresentou uma proposta (PEC 154/2015) que também está na ordem do dia de amanhã.

A PEC cria um fundo compensatório para os estados, com duração de oito anos, visando à unificação das alíquotas do ICMS.

Outra mudança na Constituição que pode ser votada é a PEC 110/2015, de Aécio Neves (PSDB-MG), que cria limites e critérios para a ocupação de cargos comissionados na administração pública. A proposta, que altera o artigo 37 da Constituição, integra a Agenda Brasil (pauta prioritária com propostas para acelerar o desenvolvimento) e recebeu substitutivo do relator, Alvaro Dias (PSDB-PR).

O autor alega que o objetivo é reduzir a máquina pública e torná-la mais eficiente. A PEC estabelece o critério da meritocracia e a realização de processo seletivo para preenchimento de parte dos cargos comissionados. As regras, no entanto, não se aplicam a assessores de quem tem mandato eletivo (como deputados e senadores), ministros e secretários, inclusive os municipais.

Pré-sal

Os senadores vão analisar também o PLS 131/2015, de José Serra (PSDB-SP), que libera a Petrobras da função de operadora única no pré-sal e desobriga a estatal da participação mínima de 30% dos blocos licitados. O autor alega que a mudança aliviará a estatal de uma obrigação com a qual ela não pode arcar. Senadores do PT, no entanto, discordam dessa visão.

Outra proposição integrante da Agenda Brasil na pauta é o PLS 654/2015, de Romero Jucá (PMDB-RR), que acelera a liberação de licenças ambientais para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos.

Pelo texto, o Poder Executivo indicará, por decreto, obras sujeitas ao licenciamento especial. O órgão licenciador terá 60 dias para analisar o projeto e os estudos ambientais apresentados e solicitar esclarecimentos. Depois disso, terá mais 60 dias para decidir. Todo o processo levará entre sete e oito meses. Jucá alega que o licenciamento ambiental hoje leva até cinco anos.

Se não houver pedido de inversão, a pauta será aberta com o PLC 168/2015, que altera regras sobre admissibilidade de recursos. As mudanças estão previstas no novo Código Civil (Lei 13.105/2015), que entrará em vigor em março do ano que vem. Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pediram algumas alterações, temendo uma enxurrada de processos àquelas cortes.

Senado responde ao STF sobre processo de impeachment

A Presidência do Senado encaminhou na sexta-feira o texto em resposta ao Supremo Tribunal Federal (STF). As informações foram solicitadas pela Corte para o julgamento da arguição por des-

cumprimento de preceito fundamental (ADPF) e do recurso incidental apresentados pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que questiona o rito a ser adotado em processo de impeachment.



Donizeti, Bezerra, Vanessa, Sarney Filho e embaixador Paulo Campos (C)

Toffoli sugere um estatuto em favor do contribuinte

Ministro do Supremo é relator da Comissão de Juristas da Desburocratização, que aprovou na sexta-feira uma minuta de PEC sobre direito tributário e o anteprojeto de lei para alterar o Código Tributário Nacional

O MINISTRO DIAS Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu na sexta-feira a criação do Estatuto de Defesa dos Direitos dos Contribuintes durante reunião de comissão de juristas constituída pelo Senado para propor medidas de desburocratização do país e da qual é relator.

— O Estado bate e o cidadão não tem defesa. Isso cria o cidadão de primeira e o de segunda classe. O estatuto tem apelo, é uma necessidade. A Receita Federal é uma caixa-preta, você não consegue ter acesso a ninguém. O estatuto é uma defesa em relação ao Estado, que não pode maltratar o contribuinte. A administração não funciona porque não tem gestão, não responde ao cidadão — afirmou.

No momento, a Comissão de Juristas da Desburocratização prepara a minuta de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que preveja alterações nas regras tributárias em vigor. A proposta, entre outros itens, daria novo disciplinamento às regras de anterioridade tributária e eliminaria a exigência de certidão negativa relativa a débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público. Também fixaria a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado



Toffoli: estatuto vai defender o cidadão, que nem sempre tem acesso ao Estado

das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas.

Dias Toffoli defendeu a junção das regras tributárias em um texto único, “que não dê margens futuras a interpretações variadas”.

— As palavras ganham autonomia e podem interferir na avaliação jurídica, no Brasil a cargo de 17 mil juízes, mais de 50 tribunais estaduais e municipais e, ainda, tribunais superiores — afirmou.

Conflitos

O ministro disse também que é importante evitar “conflitos formais” na elaboração das leis, visto que no Brasil “há 5.535 municípios e 27 entes federativos legislando”.

— Dos 7 mil processos que chegam a meu gabinete, um terço diz respeito a matérias

tributárias. Quanto mais coisa se põe na Constituição, mais conflito se gera — disse.

Vice-presidente do colegiado, João Geraldo Piquet Carneiro elogiou o dispositivo da minuta de PEC que elimina a exigência de certidão negativa para participação em licitações. O dispositivo também foi defendido pelo ex-secretário da Receita Federal e membro da comissão, o consultor tributário Everardo Maciel, que apontou a superação da legislação brasileira no setor, com dispositivos ultrapassados, que remetem ainda ao século passado.

Composta por 16 juristas, a comissão foi instalada em setembro e tem como presidente o ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O colegiado deve concluir seus trabalhos em abril de 2016.

Tombini falará amanhã sobre política monetária

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fará amanhã, às 10h, uma avaliação da política monetária em uma audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Essa audiência é prevista no Regimento Interno do Senado, que determina o comparecimento do presidente do banco à CAE a cada três meses para avaliar a execução da política monetária e as perspectivas para os meses seguintes.

Na última audiência, em setembro, Tombini disse aos senadores que o Banco Central mantinha o compromisso de reduzir a inflação para o centro da meta de 4,5%. Nos últimos 12 meses, a inflação acumulada ficou em 10,48%, mais que o dobro do percentual perseguido.

Essa dificuldade se reflete inclusive na última ata do Comitê de Política Monetária (Copom), referente à reunião dos dias 24 e 25 de novembro,

quando os membros decidiram manter a taxa referencial Selic em 14,25%.

O Copom avaliou que permanecem as incertezas na economia, em decorrência da “velocidade do processo de recuperação dos resultados fiscais”, expressão usada para retratar a lentidão no ajuste das contas públicas. Além disso, no entender do comitê, “o processo de realinhamento de preços relativos mostra-se mais demorado e mais intenso que o previsto”.

Por isso, a própria ata informa que parte dos membros do Copom argumentou que seria “oportuno ajustar, de imediato, as condições monetárias”, ou seja, aumentar a taxa de juros. O objetivo da elevação, assinala o documento, é reduzir os riscos de não cumprir os objetivos do regime de metas para a inflação.

De qualquer forma, a previsão do próprio Copom é de que a inflação permanecerá

acima da meta de 4,5% tanto em 2015 como em 2016. Para 2017, segundo a ata, a projeção do cenário de referência (elaborada pelo Banco Central) e a do cenário de mercado encontram-se em torno e acima da meta de 4,5%, respectivamente.

Diante desse quadro, a maioria dos membros do Copom considerou oportuno monitorar a evolução do cenário macroeconômico até a próxima reunião para, então, definir os passos seguintes em sua estratégia de política monetária.

O regime de metas foi estabelecido em 1999 e inclui o compromisso do Banco Central de atuar de forma a garantir que a inflação efetiva esteja em linha com o estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional. Desde 2006, a meta de 4,5% admite uma variação de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

ACONTECEU NO SENADO



Plenário aprovou prazo para mudança de partido sem perda de cargo

Foi a promulgação janelada para a troca de partido

Os senadores aprovaram na quarta-feira parte da PEC 113/2015 para possibilitar que os detentores de mandatos eletivos possam deixar os partidos pelos quais foram eleitos nos 30 dias seguintes à promulgação da emenda constitucional, sem perder o mandato. A data da promulgação da mudança na Constituição ainda será marcada.

ESTELIONATO CONTRA IDOSO DEVERÁ TER PENA MAIOR

Seguiu para sanção na quarta-feira o projeto (PLC 23/2015) que aumenta a pena de prisão para quem cometer estelionato contra pessoas idosas. A proposta dobra de 5 para 10 anos a pena de reclusão para esses crimes.

SENADO APROVOU LIBERAÇÃO DE BINGOS E JOGO DO BICHO

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional aprovou, quarta-feira, o PLS 186/2014, que regulamenta a exploração dos jogos de azar, para o país receber impostos pela atividade. A proposta segue para análise da Câmara.

SEGURO-DEFESO VOLTA A SER PAGO A PESCADOR ARTESANAL

O Plenário suspendeu na quarta-feira, por decreto legislativo (PDS 384/2015), a portaria do governo que havia interrompido por 120 dias o pagamento do seguro-defeso, indenização dada aos pescadores artesanais para que interrompam a pesca no período de reprodução dos peixes, visando à preservação de espécies.

PROPOSTA BENEFICIA MÃE DE BEBÊ PREMATURO

Na quarta, o Senado aprovou a PEC 99/2015, para fazer a licença-maternidade, de 120 dias, ser contada a partir do dia em que o bebê prematuro recebe alta, e não a partir de seu nascimento. A proposta é de Aécio Neves (PSDB-MG).



PROJETO PREVÊ MAIS RIGOR SOBRE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Na quarta, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou o substitutivo de Lúcia Vânia (PSB-GO) ao PLS 665/2011, que fixa novos requisitos para a contratação de organizações sociais pelo poder público. Elas precisam ter ao menos cinco anos de serviços prestados na área.



ENQUADRAMENTO DO SIMPLES NACIONAL TERÁ NOVO LIMITE

Na terça, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o aumento dos limites de enquadramento no Simples Nacional. O PLC 125/2015 eleva de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil o teto da receita bruta anual da microempresa e de R\$ 3,6 milhões para R\$ 14,4 milhões o da empresa de pequeno porte. O texto vai para o Plenário.



RELATÓRIOS SETORIAIS DO ORÇAMENTO FORAM VOTADOS

Na terça, a Comissão Mista de Orçamento, presidida pela senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), votou 12 relatórios setoriais da proposta orçamentária de 2016 (PLN 7/2015). O relatório final, do deputado Ricardo Barros (PP-PR), deve ser votado hoje.

AValiação APONTOU FALHAS NA POLÍTICA DE DEFESA

Na quinta, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o relatório de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sobre a política de defesa do governo. O documento aponta o enfraquecimento das empresas nacionais nesse setor.

